

CLASSIFICAÇÃO GENÉRICA DOS SUBSTANTIVOS EM PORTUGUÊS: UMA PROPOSTA DIDÁTICA SOB A PERSPECTIVA DA IMANÊNCIA DOS GÊNEROS

**GENERIC CLASSIFICATION OF NOUNS IN PORTUGUESE: A DIDATIC PROPOSAL FROM
THE PERSPECTIVE OF THE IMMANENCE OF THE GENDER**

José Mario BOTELHO

Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Academia Brasileira de Filologia
botelho_mario@hotmail.com

Resumo: Nos dias atuais, depois de a própria Tradição Gramatical, em sua representação maior da atualidade – o gramático Bechara (1999) – ter dado um novo tratamento àquela questão acerca do gênero dos nomes, ainda há quem considere flexão a formação de feminino dos substantivos. Logo, ainda cabe procurarmos refletir sobre se constitui uma flexão essa variação de gênero de certos substantivos, em cuja formação se verifica o acréscimo de “-a”, como marca de gênero. Também, devemos refletir acerca do que fundamenta a asserção de que o referido elemento mórfico não é simplesmente uma marca de gênero, mas um elemento formador de feminino (sufixo de gênero) e ao mesmo tempo um elemento atualizador. Neste artigo, pretendemos dirimir tais dúvidas e apresentar subsídios para novos estudos do tema, como também apresentar uma descrição crítica de tudo que cerca o assunto. Acreditando no caráter imanente do gênero dos substantivos em português, demonstraremos que a formação do feminino opositivo não constitui uma flexão e apresentaremos uma proposta didática para o ensino da formação do feminino dos substantivos em português.

Palavras-chave: Flexão. Gênero. Substantivos. Formação de feminino. Proposta didática.

Abstract: Nowadays, after the Grammatical Tradition itself, in its most recent representation – the grammarian Bechara (1999) – has given a new treatment to the question about the gender of the names, there are still those who consider flexion the feminine formation of the Nouns. So, it is still necessary to reflect on whether this gender variation of certain nouns, in the formation of which there is an increase of “-a”, as gender mark, constitutes a flexion. Also, we must reflect on what underlies the assertion that the said morphic element is not simply a gender mark, but a female-forming element (gender suffix) and at the same time an update element. In this paper, we intend to resolve such doubts and present subsidies for new studies of the subject, as well as to present a critical description of everything that surrounds the subject. Believing in the immanent character of the gender of nouns in Portuguese, we will

demonstrate that the formation of the feminine opposite does not constitute a flexion and we will present a didactic proposal for the teaching of the feminine formation of the nouns in Portuguese.

Keywords: Flexion. Gender. Nouns. Formation of the feminine. Didactic proposal.

Introdução

De certo, os ensinamentos tradicionais acerca da descrição do gênero dos substantivos em língua portuguesa não se mostram consistentes, e, como já assinalamos (BOTELHO, 2004 e outros), corroborando Câmara Jr. (1972 e outros) com os seus estudos críticos sobre a imanência dos gêneros, tal tema já não causa nenhuma dúvida na Academia.

Bechara (1999, p. 112-42), por exemplo, na nova perspectiva de sua gramática, mostra-se bem esclarecedor sobre a natureza do gênero dos substantivos portugueses. O mesmo posicionamento se pode constatar em Azeredo (2000) e em Botelho (2004), e já se podia verificar, em Herculano de Carvalho (1969 e 1984), Sandmann (1991 e 1992), que a variação de gênero dos substantivos não constitui um fenômeno de flexão.

Acreditando na imanência do gênero do substantivo, cuja variação é essencialmente um processo lexical (ALONSO; URENA, 1957; MATTHEWS, 1991; BOTELHO, 2004; e outros) e considerando os diversos estudos de autores como Câmara Jr. (1972, 1985, 1989 e 1991), Herculano de Carvalho (1969, 1973 e 1984) e Sandmann (1991 e 1992), pergunto-me:

- 1 – Constitui uma flexão a variação de gênero de certos substantivos, a qual se dá com o acréscimo da marca de gênero “-a”, resultando numa forma de feminino opositiva?
- 2 – O que respalda a afirmação de que o elemento mórfico acrescido a uma base comum não é tão simplesmente uma marca de gênero, mas um elemento formador de feminino (sufixo de gênero) ou um elemento atualizador (vogal temática)?

Neste artigo, pretendo não só responder a tais questionamentos e apresentar subsídios para novas respostas às consequentes perguntas, como

também apresentar uma descrição crítica do assunto. Logo, o objetivo deste estudo é o de reafirmar o caráter imanente do gênero dos substantivos em português, demonstrar que a formação do feminino opositivo não constitui uma flexão e oferecer uma proposta didática que possa facilitar o ensino da formação do feminino dos nossos substantivos.

1. Breve resumo da descrição de gênero dos nomes feita pelos gramáticos

A confusão, que vem de longa data, tem o seu início na relação entre sexo e gênero, e a má compreensão do assunto gerou um verdadeiro caos nos compêndios e livros didáticos. Primeiramente, pois, devem-se distinguir sexo e gênero; este é de natureza gramatical e aquele, de natureza semântica. E, embora seja o sexo um traço semântico relevante, não se pode priorizar o critério semântico do sexo na descrição do gênero, que é puramente gramatical.

Entretanto, a Gramática Tradicional (GT) difundiu a ideia de que o “-a” seria uma marca de gênero, que se acresce a uma palavra masculina numa manifesta oposição sexual. Denominou-a uma desinência de gênero feminino e, durante muito tempo, considerou também o “-o” uma desinência de gênero masculino nos nomes portugueses (Cf. tal equívoco em KEHDI, 1990, p. 30-1). Sob as orientações da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), praticamente todos os gramáticos, tradicionais por excelência, repetiam aquela classificação de gênero dos nomes, denominavam-na flexão e desenvolviam descrições semelhantes para o processo de formação de feminino em oposição ao respectivo masculino.

Até mesmo Câmara Jr. (1972, 1985, 1989, 1991) considerou flexão o gênero feminino dos substantivos portugueses, apesar de discorrer coerentemente sobre o tema.

Nessas condições, o que convém à descrição gramatical é se concentrar no mecanismo de **flexão** que cria nos substantivos portugueses uma oposição de gênero. Ela consiste,

essencialmente, na utilização da vogal /a/, no seu alofone de posição átona [a₀], como índice de feminino, em oposição a uma forma, masculina, em que falta esse /a/. (CÂMARA JR., 1972, p. 119) (Gripo meu)

Mais adiante, nesse mesmo artigo, o autor sugere o caráter imanente do gênero dos substantivos e, chegando “ao princípio fundamental da morfologia do gênero em português” (CÂMARA JR., 1972, p. 122), afirma que “o gênero de um substantivo está na flexão do artigo que o determina ou pode determinar” (*Idibidem*, p. 122).

Contudo, nesse e em outros trabalhos o autor, quando se refere ao gênero dos substantivos, assume ser flexão o fenômeno:

A flexão se encontra em português no nome (substantivo e adjetivo) e no verbo. Naquele, para expressar o número e o gênero. Neste, para a indicação das noções gramaticais que denominamos modo-temporais e número-pessoais. (*Idem*, 1991, p. 59)

Rocha Lima (1998) parece vislumbrar a imanência do gênero dos substantivos, porquanto apresenta no subitem “Gênero” um texto sem referência à flexão. Inicia o subitem, transcrevendo um trecho de Amado Alonso e Urena sobre a “classificação puramente gramatical dos substantivos em dois grupos, masculinos e femininos, segundo a terminação do adjetivo acompanhante” (ALONSO; URENA, 1943, p. 64 *apud* ROCHA LIMA, 1998, p. 70). Acrescenta uma observação em relação ao fato de ser ou a forma de um adjetivo ou um artigo o determinador do gênero do substantivo e transcreve um longo trecho de Amado Alonso e Urena, em que se pode deduzir que os gêneros masculino e feminino são inerentes ao substantivo.

Em seguida, no subitem “Meios de expressão do gênero” praticamente repete a proposta didática sobre o gênero de Câmara Jr., em cujo texto se pode observar que o autor considera flexão o processo de formação do feminino dos substantivos. As expressões “substantivos de dois gêneros, sem flexão” e “indicação do gênero por meio de flexão, revelam a tomada de decisão do autor, a qual se comprova em:

Afora os casos examinados, os substantivos costumam *flexionar-se* em gênero, pelo acréscimo ao masculino da desinência *a* (com supressão da vogal temática aos nomes de tema em *-o* e *-e*). (ROCHA LIMA, 1998, p. 74) (Grifo do autor)

Em Celso Cunha e Cintra (1985), a gravidade da má concepção do fenômeno “flexão” é ainda maior. Logo de início os autores declaram, sob o título de “Flexões dos substantivos”, que “os substantivos podem variar em número, gênero e grau”, embora não façam referência à flexão quando tratam da variação de grau.

Depois, no decorrer da descrição do subitem “gênero”, os autores fazem apenas uma referência à flexão, numa flagrante confusão entre sexo e gênero:

Os substantivos que designam pessoas e animais costumam **flexionar-se** em gênero, isto é, têm geralmente uma forma para indicar os seres do **sexo** masculino e outra para indicar os seres do **sexo** feminino. (CUNHA; CINTRA, 1985, p. 184) (Grifos meus)

Bechara, diferente dos tradicionalistas, não teve receio em apresentar uma nova abordagem sobre o gênero dos substantivos na edição de 1999 de sua *Moderna Gramática do Português*. É mister afirmar que essa mudança do pensamento linguístico do Mestre pernambucano vinha moldando-se nas suas edições desde a primeira edição em 1961 (Cf. BOTELHO, 2008).

Da 1^a à 16^a edição, o autor concebe o gênero dos substantivos como uma flexão e também parece confundir sexo com gênero, como se pode observar na seguinte asserção:

Formação do feminino

Os substantivos que designam pessoas e animais **se flexionam em gênero** e apresentam, quase sempre, duas formas diferentes: uma para indicar os seres do sexo masculino e outra para os seres do sexo feminino: filho – filha, pai – mãe, rapaz – rapariga. (BECHARA, 1961, p. 99-100) (Grifo meu)

Convém lembrar que o trecho “se flexionam em gênero” foi eliminado na 17^a edição (1971).

Certamente, ao passar do tempo, o autor pôde repensar o tema, porquanto apresenta uma nova concepção na 37^a edição de sua gramática, na qual o referido trecho foi retomado da seguinte forma:

Formação do feminino – Os substantivos que designam pessoas e animais manifestam o gênero e apresentam, quase sempre, duas formas diferentes: uma para indicar os seres do sexo masculino e outra para os seres do sexo feminino: filho – filha, pai – mãe, rapaz – rapariga. (*Idem*, 1999, p. 134)

Observa-se que não há mais a referência à flexão, mais ainda há a incoerente noção sobre o sexo e o gênero.

Bechara via o gênero como uma flexão (de 1961 a 1971) e evitou o assunto sem se colocar a favor da antiga concepção efetivamente (de 1971 a 1999). Atualmente, demonstra uma nova concepção acerca do referido fenômeno.

Todo substantivo está dotado de gênero, que, no português se distribui entre o grupo do masculino e o grupo de feminino. (...) Só que esta terminação genérica não se manifesta no substantivo da mesma maneira que está representada no adjetivo ou no pronome, por exemplo, isto é, pelo processo da flexão. (*Idibidem*, p. 131-2)

Nessa atual edição de sua gramática, o texto apresenta uma reelaboração para o tópico “substantivo”. Quanto ao gênero do substantivo, acresce àquela antiga asserção sobre os dois gêneros: masculino e feminino, uma longa descrição, antes de discorrer sobre a “inconsistência do gênero gramatical” (p. 133) e de tratar de “formação do feminino” (p. 134). Afirma de forma categórica:

Apesar de haver substantivos em que aparentemente se manifeste a distinção pela flexão (menino/menina, mestre/mestra, gato/gata), a verdade é que a inclusão num ou noutro gênero depende direta e essencialmente da classe léxica dos substantivos e (...). (*Idibidem*, p. 132)

Azeredo (2000) apresenta os seus *Fundamentos de gramática do português* sem repetir a GT no que se refere ao gênero dos substantivos. Inicia o tópico, tecendo um comentário crítico em relação à confusão entre sexo e gênero, feita pela Tradição.

Depois, esclarece que o “gênero do substantivo faz parte de suas características lexicais e, como tal, vem informado nos dicionários” (p. 108), o

que corrobora a ideia de que o gênero dos substantivos é puramente gramatical e inerente a tal classe. Também fala ser conveniente “a distribuição dos substantivos em dois grandes grupos – nomes masculinos e nomes femininos” – e, em seguida, no subitem “Formação do feminino: flexão ou derivação”, sobre os pares “aluno/aluna, mestre/mestra, coelho/coelha, elefante/elefanta, apresenta “três razões para analisar estes exemplos não como flexão, mas sim como **derivação**” (p. 110) (Grifo do autor), as quais vão ao encontro da ideia de que o gênero do substantivo em português lhe é imanente.

2. Um pouco sobre a natureza do gênero do substantivo

Durante muito tempo, a GT procurou sustentar a ideia de que o elemento mórfico “-a”, que se acresce às formas-base na formação de uma palavra feminina em oposição à palavra masculina, é uma desinência de gênero feminino nos nomes portugueses. Descrevia um dito mecanismo de flexão, com o uso de tal marca de gênero, como se todos os nomes substantivos ou, pelo menos a maioria deles, sofressem tal processo.

Assim, sob as orientações da NGB, os escritores de gramáticas normativas tradicionais divulgavam uma mesma classificação de gênero dos nomes e desenvolviam descrições semelhantes para tais classificações.

Viam-se incluídos neste tópico casos de substantivos que, na verdade, apresentam sufixos formadores de feminino (heroína, condessa, galinha, poetisa), e outros que, sendo exclusivamente femininos, ora apresentam uma terminação feminina (embaixatriz, princesa, rainha, sultana), ora nem apresentam nenhum elemento exclusivamente do gênero feminino, além do determinante, mas podem fazer referência a seres do sexo feminino (sobrecomuns – referentes a pessoas: o cônjuge, o ídolo, a vítima, a testemunha; epícenos – referentes a animais: o jacaré fêmea, a onça fêmea, a fêmea da cobra), ou sendo masculino ou feminino, de acordo com o gênero de

um determinante, podem fazer referência a seres do sexo feminino (comum de dois: a mártir, uma estudante, bela consorte).

Fato é que o gênero, como categoria gramatical dos nomes, constitui um dos traços flexionais que recebeu uma descrição insatisfatória pelos gramáticos da nossa língua, como bem ressaltou Câmara Jr. (*Op. cit.*).

A categoria gramatical de gênero é um dos traços flexionais menos satisfatoriamente descritos em nossas gramáticas. A sua complexidade imanente desafia a técnica descritiva tradicional, já de si bastante precária. (CÂMARA JR., 1972, p. 115)

Câmara Jr. deixa claro que a complexidade do assunto se deve ao caráter imanente do gênero desta classe de palavras, a qual desafia a técnica descritiva tradicional com que muitos gramáticos, desatentos à imanência do gênero do substantivo, trataram do assunto.

Considerar a imanência do gênero desta classe de palavras é reconhecer que cada nome substantivo tem um gênero gramatical pré-estabelecido pela sua própria natureza: elemento nuclear de um sintagma nominal – função substantiva dos nomes em português. Isso é mesmo que dizer que, diferente dos adjetivos, todos os substantivos em português têm um gênero, que lhe é imanente. Certamente, devemos considerar o fato de os substantivos do tipo “o/a artista”, “o/a estudante” e outros (conhecidos como comuns de dois) necessitarem do traço pragmático (conhecimento de mundo do falante) para o reconhecimento de seu gênero.

A desatenção daqueles gramáticos quanto ao caráter imanente dos nomes substantivos ou, quiçá, a predisposição deles em ignorar tal fato, levou-os a elaborar descrições incoerentes sobre a formação do feminino de substantivos. Aliás, nem mesmo se trata de formação de feminino, mas de formação de palavras femininas em oposição às masculinas existentes.

Logo, a relação masculino–feminino não se faz essencial e exclusivamente com uma formação a partir do acréscimo de um elemento mórfico feminino (que a GT via com uma desinência de gênero feminino) a uma base (menino/menin-a; cidadão/cidadã; valentão/valentona;

imperador/imperatriz; príncipe/princesa; boi/vaca; o/a estudante; a cobra macho/a cobra fêmea e tantas outras oposições). Além disso, nem todos os substantivos apresentam-se em pares opostos, já que a grande maioria dos substantivos ora são masculinos ora são femininos, porque a noção de gênero (que lhes é gramatical e não sexual) se lhes atribui no momento de sua concepção; i. é, de forma imanente.

No caso de se admitir a flexão de gênero dos substantivos, seria de se esperar que um número majoritário de substantivos estivesse sujeito a tal processo. Entretanto, a variação de gênero do substantivo é assistemática e não é obrigatória sintaticamente, pois somente aqueles que se referem a determinados seres animados, com os quais se pode fazer uma relação entre sexo e gênero, podem receber o acréscimo de um elemento mórfico, semelhante àquele que é comumente classificado como Desinência de Gênero Feminino “-a”. E isto justificaria o estudo de flexão de gênero dos substantivos. (BOTELHO, 2004, p. 35)

Ainda em relação aos substantivos que se referem a determinados seres animados também existem aqueles, cuja relação entre sexo e gênero não se pode fazer (a criança, o cônjuge – usados para homens ou mulheres –; o jacaré, a onça – usados para machos ou fêmeas). No caso daquele que se referem a animais (irracionais), se apõe a palavra “macho” ou “fêmea” para indicar ou especificar o sexo.

Afirmo que todos os substantivos são ora masculinos ora femininos e devem compor uma relação, cuja distribuição se deve fazer, considerando o gênero do artigo, que é o índice de gênero de substantivos por excelência. Logo, o gênero dos substantivos se relaciona a uma distribuição em classes mórficas: a dos masculinos e a dos femininos.

Diferente do que ocorre com os nomes adjetivos, cuja noção de gênero puramente gramatical se dá na estrutura sintática, devido à concordância com o núcleo substantivo a que se refere (BOTELHO, 2010, p. 101-11), a noção de gênero do substantivo se dá fora da frase. A noção de gênero do substantivo é propriamente lexical, pois se dá com o seu surgimento; é-lhe, pois, imanente e serve para distribuir tais substantivos em masculinos e femininos.

Pode-se dizer que, considerando a categoria de gênero imanente, a classificação dos substantivos é arbitrária e convencional. Daí, ser preferível

tratar o gênero de substantivos em português como uma simples distribuição bipartida: de um lado todos os masculinos e do outro, todos os femininos. Isso não só descaracteriza a complexidade do tema que a GT relacionou à flexão – tema complexo por si só – como também possibilita uma descrição de fácil compreensão do processo de formação de feminino da classe dos substantivos, como veremos na descrição da proposta didática a seguir.

Até aqui, presumo ter respondido a primeira pergunta que fiz na Introdução deste artigo. Ou seja, não constitui uma flexão a variação de gênero daqueles substantivos, a qual se dá com o acréscimo da tal marca de gênero “-a”, resultando numa forma de feminino em oposição à de masculino, que serve como base como, por exemplo: “menino/menin-a”; “mestre/mestr-a”; professor/professor-a” e “peru/peru-a”. É mister, porém, denominar esse elemento mórfico ou morfema: “-a”.

Certamente não se trata de uma desinência de gênero feminino como o quer a GT, já que o processo de formação da palavra feminina não é uma flexão. O que é ela, então? A resposta não é tão simples como se nos parece e nos sugerem os termos utilizados na pergunta. Se por um lado o termo “formação de palavras” se relaciona, na própria Gramática, à “derivação” (já que os dois principais processos de formação de palavras do português são “derivação” e “composição”) – um dos escopos da Morfologia Lexical – definir o “-a” como um elemento mórfico derivacional, sem um digressionamento, não me parece nada conveniente.

Digressionemos, então!

Seria deveras fácil considerar o “-a” de “professora” como um sufixo (em conformidade com as denominações da GT e em oposição à desinência) ou um sufixo derivacional (em oposição a sufixo flexional) ou um morfema lexical (em oposição a morfema categorial), uma vez que se acresce à forma-base para formar o feminino oposto a “professor”. Mas, no caso de “menina” ou “mestra”, não ocorreu apenas o acréscimo do morfema; antes se deu a retirada do morfema atualizador (que a GT atualmente denomina “vogal temática”) das formas masculinas “menino” e “mestre”. Ou seja, a tal marca de gênero “-a” foi

acrescida ao que a GT denomina “radical”. Não estaria o “-a” efetivando uma nova atualização de “menin-” e de “mestr-”? Nesse caso, diria que o “-a” não é uma marca de gênero tão simplesmente, o que faz com que “menina” e “mestra” sejam os femininos daquelas formas masculinas. O “-a” é, sobretudo, um morfema atualizador como o são o “-o” (de “menino”) e o “-e” (de “mestre”). E isso é o mesmo que dizer que se deu uma nova atualização do morfema lexical na formação de um novo lexema (em conformidade com a denominação de Matthews, *op. cit.*)

In light, **word-formation** is, more strictly, ‘lexeme-formation’. We may define it as the branch of morphology which deals with the relations between a **complex lexema** and a simple(r) lexeme. TRYING is thus a complex lexeme related to the **simple lexema** TRY. (MATTHEWS, 1991, p. 37)¹ (Grifos do autor)

Considerando justa a teoria do lexema de Matthews, “alun + a” é um novo lexema e não uma modalidade ou resultado de uma flexão de “aluno”. Certamente, Matthews diria que se deu uma **word-formation** – uma derivação – como se verifica em “trying” de “try”.

Porém, assim como se deu uma atualização em “aluno” com o acréscimo do morfema atualizador “-o”, também se pode conceber o mesmo processo em “aluna”. Ambos são lexemas distintos, que exprimem noções semânticas distintas, pois denominam seres específicos e, portanto, distintos. O lexema “aluna” deveria, inclusive, ter registrada a sua entrada em dicionário, como ocorre, por exemplo, com “condessa”, “heroína”, “vaca”, “irmã” e “viúva”. Todas representam o feminino oposto a um lexema masculino, mas que diferem de “aluna” porque não receberam o acréscimo do morfema formador de léxico “-a”, que, segundo a Tradição, é uma marca de gênero feminino, denominado “desinência de gênero”.

Assim, prefiro denominar o “-a” (de “aluna, professora, mestra, etc.) como um morfema formador de léxico (ou morfema lexical ou sufixo ou sufixo

¹(Assim, a **formação de palavras** é, mais estritamente, a “formação do lexema”. Podemos defini-la como o ramo da morfologia que trata das relações entre um lexema complexo e um lexema simples. TRYING é, portanto, um lexema complexo relacionado ao simples lexema TRY.)

derivacional), mas não deixo de considerar a possibilidade de ele ser um morfema atualizador (ou vogal temática, conforme denominação da GT).

Agora que aquelas duas perguntas tiveram suas respostas, a partir das quais se pode corroborar a ideia de que o gênero do substantivo em português é imanente (e gramatical) e que se distingue de sexo (gênero nocional), negando o caráter flexional de gênero dos substantivos, uma proposta para o ensino de gênero pode ser apresentada.

3. Esboço de uma proposta didática para o ensino do gênero dos substantivos em português

Primeiramente, tenhamos a consciência de que a noção genérica dos substantivos portugueses não se confunde com a noção semântica de sexo e que cada substantivo tem um gênero gramatical inerente ou imanente (concebido no exato momento de sua criação). Salvaguardando aqueles que dão entrada nos dicionários como sendo “de dois gêneros”, porquanto ora são masculinos ora femininos, devendo ter seu gênero gramatical definido por um determinante num contexto.

Em outras palavras, é necessário considerar, além do conhecimento pragmático do substantivo em referência, o gênero da palavra determinante (especialmente, o artigo) que com ele se relaciona: será masculino o substantivo que receber a anteposição do artigo masculino, e feminino, o que receber a anteposição do artigo feminino. (BOTELHO, 2004, p. 39-400)

Depreende-se da citação acima que o gênero gramatical do substantivo português é marcado por um determinante, no caso, o artigo, que é o determinante de gênero e número do substantivo por excelência.

A proposta, que será apresentada, se fundamenta na perspectiva da imanência do gênero gramatical do nome substantivo, cuja especificação (se masculino ou feminino) se baseia no gênero do artigo que se lhe antepõe normalmente. Logo, a apresentação da classificação genérica dos substantivos deve ser feita a partir de uma relação em que se distribuem os substantivos em masculinos e femininos, sem qualquer referência aos termos tradicionais:

“sobrecomum”, “comum de dois” e “epiceno”, cuja noção semântica nada esclarecedora não se faz necessária didaticamente.

Com base nessa distribuição dos substantivos portugueses em gênero, em que se constata que cada substantivo da língua portuguesa tem um gênero pré-determinado (masculino ou feminino), marcado mormente pelo artigo (determinante por excelência), pode-se apresentar a classificação genérica dos substantivos da seguinte forma:

1) substantivos de gênero pré-determinado, independente do contexto:

- a) masculinos – os que podem receber a anteposição do artigo “o” ou relacionar-se com outro tipo de determinante (adjetivo, pronome, referência contextual), com que faz congruência nominal (concordância de gênero e número).

Ex.: aluno, mestre, jogador, órfão, ator, boi, cônjuge, tigre, leão, galo, sapato, táxi, barco, porto, tema, champanha, vatapá, dominó

- b) femininos – os que recebem a anteposição do artigo “a” ou relacionar-se com outro determinante.

Ex.: aluna, cantora, embaixatriz, vaca, órfã, princesa, testemunha, onça, leoa, galinha, barca, tribo, imago, pá

2) substantivos de gênero a ser determinado gramaticalmente, dependente do contexto. Serão masculino ou feminino, de acordo com o gênero do termo, com o qual faz congruência nominal.

Ex.: o/a dentista, estudante, mártir, consorte, colega, carioca

Nessa classificação, que é simples e esclarecedora, distribuem-se os nomes substantivos com base no gênero gramatical do vocábulo sem considerar o ser a que cada um deles se refere no mundo. Assim, reuniram-se numa mesma classe (a dos masculinos, por exemplo) seres abstratos e concretos, animados e inanimados, sexuais e assexuais, levando-se em consideração apenas o seu gênero gramatical e imanente.

Essa distribuição dos substantivos em masculinos ou femininos torna inexequíveis aquelas denominações da GT e facilita o ensino do gênero em

português e, em consequência, o ensino do processo de formação de vocábulos femininos opositivos, com o acréscimo do morfema lexical “-a” ou de outro tipo de morfema atualizador de léxico.

Convém lembrar que foi Câmara Jr. (1985), quem primeiro apresentou esta solução para o problema da inconveniente descrição feita pela GT, em que se confundiam as noções de sexo e gênero. Propôs a distribuição dos substantivos em gênero, na base da forma masculina ou feminina do artigo, que os antepõe, da seguinte forma:

- 1) Nomes substantivos de gênero único: ex.: (a) rosa, flor, tribo, juriti, (o) planeta, amor, livro, colibri.
- 2) Nomes de 2 gêneros sem flexão: ex.: (o, a) artista, intérprete, mártir.
- 3) Nomes substantivos de 2 gêneros, com flexão redundante: ex.: (o) lobo – (a) loba, (o) mestre – (a) mestra, (o) autor – (a) autora. (CÂMARA Jr., 1985, p. 92)

Não se pode negar que essa distribuição proposta por Câmara Jr. ameniza o problema da descrição, apresentada pelas nossas Gramáticas (masculinos e femininos, comuns de dois, sobrecomuns e epicenos). Entretanto, ainda se observa que o próprio autor, que asseverava que o substantivo tem o seu gênero próprio, faz referência à flexão de gênero: “3) Nomes substantivos de dois gêneros com **flexão** redundante”.

Considerações finais

De fato, as contradições causadas pela descrição de gênero dos substantivos em nossa GT, devido principalmente à relação estabelecida entre os conceitos de sexo e de gênero gramatical, são flagrantes.

Considerando-se imanente o gênero dos nomes substantivo, não se pode admitir a flexão genérica nesta classe, apesar de se verificar um processo semelhante ao que ocorre na classe dos nomes adjetivos.

Vimos que o gênero dos nomes substantivos faz parte da sua constituição, esteja o substantivo isolado ou num contexto linguístico, exatamente porque surge no momento da concepção do ser a que se refere. O substantivo tem, pois, gênero (masculino ou feminino, dependente ou não de

um determinante), o qual se baseia numa oposição inexoravelmente formal e de natureza classificatória em dois grupos. Daí, distribuí-los em masculinos – todos a que se pode antepor o artigo masculino – e femininos – todos a que se pode antepor o artigo feminino.

Logo, como propusera Câmara Jr., “as gramáticas escolares podem, portanto, ensinar o gênero dos nomes substantivos na base da forma masculina ou feminina do artigo, que eles implicitamente exigem” (CÂMARA Jr., 1972, p. 91), contudo sem conceber a formação do feminino de certos substantivos como um processo de flexão.

Referências bibliográficas

ALONSO, Amado; URENA, Pedro Henriquez. **Gramática castellana**. 14. ed. Buenos Aires: Losada, 1957.

AZEREDO, José Carlos de. **Fundamentos de gramática do português**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

BECHARA, E. **Moderna Gramática Portuguesa**. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

_____. **Moderna Gramática Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nacional, 1961.

BOTELHO, J. M. “O substantivo tem gênero, o adjetivo recebe gênero por meio de flexão”. In: *Revista Philologus*, Ano 16, n. 48, Set/Dez 2010. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2010. p. 101-11.

_____. “A nova concepção de Bechara acerca do gênero dos nomes em português”. In: *Revista da ABRAFIL*, n. V. Nova Fase. Rio de Janeiro: ABRAFIL, 2008. p. 137-48.

_____. “Contribuição de Câmara Jr. para uma descrição conveniente do gênero do substantivo em português”. In: *Anais do XI CNLF*, Vol XI, n. 12, Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2007. p. 64-78.

_____. “A distribuição dos substantivos em gênero: uma proposta didática”. In: *Soletras*, Ano 10, n. 20, jul/dez, 2010. p. 7-17.

_____. **O gênero imanente do substantivo no português**. Rio de Janeiro: Botelho, 2004.

CÂMARA Jr., J. M. **Dispersos**. Seleção e introdução por Carlos Eduardo Uchôa. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1972.

_____. **Estrutura da língua portuguesa**. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

_____. **Princípios de linguística geral**. 7. ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1989.

_____. **Problemas de linguística descritiva**. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

CUNHA, C. e CINTRA, L. F. L. **Nova gramática do português contemporâneo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

FREITAS, Horacio Rolim de. **Princípios de morfologia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Presença, 1981.

HENRIQUES, Claudio Cezar. **Morfologia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

HERCULANO DE CARVALHO, J. G. “Subseção do verbete *GÊNERO* (‘Gram.’)”. In: **Enciclopédia luso-brasileira de cultura**. Lisboa: Verbo, V. 9, 1969, p. 320-3.

_____. **Teoria da Linguagem: Natureza do Fenômeno Linguístico e a Análise das Línguas**. Vol II, 4. Imp. Coimbra: Coimbra, 1984.

KEHDI, Valter. **Morfemas do português**. São Paulo: Ática, 1990. (Série Princípios)

MACEDO, W. **Elementos para uma estrutura da língua portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Presença, 1976.

MATTHEWS, P. H. **Morphology: an introduction to the theory of word-structure**. Cambridge University Press, London, 1991.

MONTEIRO, José Lemos. **Morfologia portuguesa**. 4. ed. Campinas: Pontes, 2002.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 36. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.

SANDMANN, Antonio J. **Morfologia geral**. São Paulo: Contexto, 1991.

_____. **Morfologia lexical**. São Paulo: Contexto, 1992.